

# A experiência chilena: O avesso da trama

Ernesto Ottone<sup>1</sup>

O Chile tem sido apresentado, nos últimos anos, como uma experiência bem-sucedida de desenvolvimento – e com certa razão –, pois seus resultados são notáveis no plano econômico, no social, no cultural e no político. Às vezes, esta referência é feita com certo viés ideológico, como exemplo do êxito do bom aluno do “Consenso de Washington”. No seu recente livro *Globalización, Desarrollo y Democracia: Chile en el contexto mundial*, Manuel Castells comprovou que tal despropósito era tolice ao demonstrar que o Chile da democracia representa um modelo diferente daquele da

<sup>1</sup> Secretário Executivo Adjunto da CEPAL.

ditadura militar, que denomina “modelo autoritário, liberal e excludente”.

Castells entende por modelo autoritário excludente “aquele modelo de desenvolvimento que exclui grande parte da população dos benefícios do crescimento mediante o exercício autoritário e incontrolado do poder do Estado, ao mesmo tempo em que prioriza os mecanismos de mercado sobre os valores da sociedade, sem aplicar políticas públicas corretivas das desigualdades e dos privilégios das elites sociais e econômicas”.

Acrescenta em seguida que, por modelo democrático liberal inclusivo que corresponde ao período democrático, “entendo um modelo de desenvolvimento gerenciado a partir de um Estado democrático resultante da livre eleição dos cidadãos e que, embora mantendo os mecanismos de mercado como forma essencial de alocação de recursos, implementa políticas públicas voltadas à inclusão do conjunto da população nos benefícios do crescimento. E em particular mediante uma política fiscal redistributiva e um investimento crescente em políticas públicas de melhoria das condições de vida da população por meio da educação, saúde, habitação, infra-estrutura de serviços, equipamentos sociais e culturais, auxílios e subsídios às pessoas carentes. O modelo é também inclusivo porque estabelece mecanismos de negociação e consulta com os atores sociais, buscando a elaboração de políticas econômicas e sociais mediante um consenso com representantes dos diferentes grupos de interesses existentes na sociedade”.

Isto não significa que o que foi realizado em 15 anos de democracia no Chile não tenha carências e problemas econômicos, sociais e políticos; e que não tenha pela frente

novos desafios e tarefas se quiser ganhar sustentabilidade e alcançar o patamar do desenvolvimento em tempo viável.

A título de exemplo, podemos assinalar que, em matéria de igualdade, o Chile ainda mantém índices muito altos de desigualdade na distribuição da renda, e, em que pese a sua diminuição, os níveis de pobreza são inaceitáveis e o que foi alcançado em cobertura educativa está longe dos resultados esperados em termos de qualidade da educação. O Chile tem atrasos evidentes em ciência, tecnologia e inovação, de cuja superação dependem seus níveis futuros de competitividade.

Mas, para resumir, se me perguntassem qual é a chave do êxito da experiência chilena, por parcial que ela seja, eu diria que o período ditatorial gerou muitos efeitos não desejados que foram os pilares da reconstrução democrática.

Um deles, talvez o mais importante e inovador, foi que, em vez de destruir a esquerda, gerou duas esquerdas. Uma esquerda minoritária, que continuou apegada ao discurso revolucionário ou a alternativas vários, ferozmente contrária à economia de mercado. E uma outra esquerda, majoritária, que pela primeira vez no Chile, abandona em sua prática e em suas concepções teóricas, ainda que de maneira mais lenta, qualquer veleidade revolucionária; adota com tonalidades diversas o reformismo social-democrata e constrói uma aliança sólida com a democracia cristã, capaz de assegurar ao Chile governabilidade e progresso por três períodos presidenciais e dar início a um quarto.

Dita coalizão, a *Concertación*, caracterizou-se por seu reformismo gradualista, prudente porém perseverante, baseado na progressiva modificação da estrutura econômica, social e política herdada da ditadura por meio de políticas

públicas voltadas para alcançar um crescimento com maiores níveis de equidade, a limitar os efeitos não igualitários do capitalismo, a democratizar uma sociedade marcada por fortes traços de conservadorismo e autoritarismo. Em suma, por um progressivismo que exprime a *Concertación* em seu conjunto.

Este caminho bem-sucedido cristaliza-se com o governo do presidente Ricardo Lagos, que concluiu seu mandato com mais de 70% de aprovação, com um nível de crescimento do país ao redor de 6%; com uma redução dos índices de pobreza e pobreza extrema a 18,8% e 4,7% respectivamente; com uma Constituição democrática; com as Forças Armadas plenamente integradas na República democrática; com avanços profundos em quase todos os aspectos do desenvolvimento. E que foi substituído por uma mulher, Michelle Bachelet, da mesma coalizão, que personifica de maneira emblemática a forte ruptura do conservadorismo chileno e as profundas mudanças sociológicas experimentadas pela sociedade chilena.

O sucesso do presidente Lagos representa um elemento estrategicamente importante dentro da experiência chilena, pois foi o primeiro presidente da *Concertación* proveniente da esquerda, membro do Partido Socialista e, ao mesmo tempo, fundador do Partido Por la Democracia. Este fato, em um regime presidencial como o chileno, representa uma novidade significativa.

Lembro-me de que, entre os que posteriormente constituímos a Unidade de Análise Estratégica da Presidência, perguntamo-nos quando Ricardo Lagos assumiu a presidência da República: qual é o objetivo mínimo a que aspiramos no governo de Lagos? A resposta que surgiu foi ácida e bru-

talmente minimalista: “que saia do *Palacio de la Moneda* depois de seis anos (duração de seu mandato) e por seus próprios meios”.

Nesse sentido, dentro de uma perspectiva histórica, a contribuição fundamental de Ricardo Lagos foi acabar no Chile com a suspeita de que um homem de esquerda não podia dar governabilidade ao país, conjugar paz social, progresso social, republicanismo e boa administração, representar os interesses dos mais modestos e ao mesmo tempo o interesse nacional. Em suma, Lagos encerrou o sentido incompleto ou trágico que, desde Balmaceda no século XIX e Allende no século XX, caracterizava as experiências progressistas no Chile.

Poderíamos nos referir amplamente aos diversos aspectos, conquistas e também aos limites desta experiência, mas nos concentraremos no “avesso da trama”, na construção política que não se vê ou que se vê muito menos.

Já assinalamos que o principal desta tessitura foi a criação de um forte reformismo que rompe com a tradição revolucionária, reúne tendências socialistas e social-cristãs historicamente separadas e adquire uma densidade que, sem negar a identidade de seus componentes, vai além e se constitui como uma realidade em si mesma que dirigiu o país por dezesseis anos e se prepara para fazê-lo por mais quatro.

Este “concertacionismo forte” foi a chave do êxito, ainda que seu desenvolvimento não tenha sido linear. Sua força constituiu-se em torno do exercício do governo por grupos dirigentes lúcidos e não sectários. Isto se traduziu em capacidade para produzir estabilidade de condução, superar os patriotismos estreitos de partido e substituí-los por uma visão mais ampla e abrangente de país, que conjugou obsti-

nação nas mudanças e prudência nos tempos, produzindo, assim, uma governabilidade de alta qualidade.

Isto não foi fácil, não é uma cultura política que nos partidos que a compõem tenha surgido de repente como a revelação de Saulo às portas de Damasco. Talvez em um primeiro momento tenha ajudado a assegurar o êxito desta estratégia o medo que existia na sociedade chilena de um passado terrível e próximo, a presença viva e forte de Pinochet ainda no comando do Exército e a coesão dos “poderes fácticos” que uniam como um todo as Forças Armadas, a cúpula empresarial, a imprensa e os partidos de direita que, embora ainda não fossem já competitivos nos processos eleitorais, dispunham de uma base de apoio superior a 35%.

Isso também permeava a *Concertación*, gerando nos setores mais de esquerda, ainda com nostalgias revolucionárias ou populistas, uma aceitação resmungona mas disciplinada do reformismo e, na Democracia Cristã, isolando as tendências nostálgicas favoráveis ao “caminho próprio” ou à construção de outras alianças.

Atualmente, estes resíduos culturais não desapareceram, mas as boas gestões governamentais e o êxito mais além do previsível do governo encabeçado por Ricardo Lagos, que acaba de se concluir, reduziram seu espaço.

Junto com a perda de importância dos resíduos culturais ligados ao “medo político”, produziu-se no Chile, durante o período da *Concertación* e, particularmente, durante o governo do presidente Lagos, uma forte expansão das liberdades e dos padrões de diversidade, sob o impulso de uma série de decisões que abrangeram desde o fim da censura cinematográfica até uma lei de divórcio, passando pelo fim

de diversos anacronismos que restringiam o exercício de liberdades públicas e privadas.

Desse modo, foi impulsionada uma política cultural que teve como resultado uma grande abertura e um crescimento da participação das pessoas nas manifestações culturais e formas novas de expressão social que contribuem para a ruptura de um conservadorismo que tem raízes antigas no Chile e que foi levado ao paroxismo pela ditadura.

Junto com a perda do medo político no Chile produziu-se uma diminuição do medo à liberdade. Assim, por meio de muitas expressões, manifestou-se um maior escrutínio público, mais horizontalidade e transparência, mais vozes que assumiram diferentes formas de se fazer ouvir. Em resumo, o fortalecimento democrático confluiu com um fortalecimento paulatino, porém constante, da sociedade civil.

Pode-se então afirmar que, com Lagos, o medo ficou sepultado no Chile. Pinochet e os poderes que ele encarnava – não apenas pelo forte resgate da memória e as políticas de verdade e justiça dos governos concertacionistas, mas também por seus atos de corrupção – foram percebidos como estranhos à tradição republicana do país; as Forças Armadas disseram “nunca mais” à ditadura e obtiveram o reconhecimento da cidadania; entre os empresários, tende a se consolidar lentamente uma visão mais ampla do país e do mundo de hoje.

Finalmente, para os partidos de direita fica claro que devem disputar o poder na arena política; e que o grande capital, por maior que seja, não basta para ganhar as eleições.

Hoje, portanto, o que mantém unida a *Concertación* não é o medo, mas sim o êxito alcançado, o apoio popular, o

haver superado conjuntamente crises e momentos difíceis e uma perspectiva de futuro.

No entanto, este patrimônio, como todo patrimônio, pode se desgastar e se perder se não se conjugam a compreensão e valorização das imensas mudanças econômicas, sociológicas e culturais ocorridas no governo de Lagos e que, em grande parte, se cristalizam na atual presidenta Michelle Bachelet.

Os naturais e necessários revezamentos dentre os grupos dirigentes da coalizão devem fazer sua a necessidade de mantê-la, transformando e renovando a identidade concertacionista, reforçando-a já não pela necessidade gerada pelo perigo, mas pela convicção e o orgulho de um reformismo vivo e saudável que pode levar o Chile ao umbral do desenvolvimento.

Tudo se aposta hoje em evitar qualquer assomo de arrogância como produto do êxito e optar pela humildade de buscar com serenidade as novas formas de continuar a sintonia com a cidadania por meio de uma virtuosa relação entre continuidade e mudança.

São muitas as condições para que o Chile não perca seu caminho, para que ser maioria não elimine a necessidade de buscar consensos que solidifiquem as transformações. É preciso manter como destinatário da ação do progressivismo não os grupos corporativos de qualquer natureza, na medida em que, embora representando legitimamente interesses particulares, muitas vezes acabam menosprezando os interesses da imensa maioria dos cidadãos e, sobretudo, dos que mais precisam de políticas públicas, mas que têm menos força organizacional para exigí-las e controlá-las.

Enfim, o êxito da experiência chilena até agora tem seu núcleo na sensatez do sistema político que foi enobrecendo

as razões que lhe permitiram resgatar o melhor de sua longa história. Essa história vem desde antes da criação da República, como bem mostrou o boliviano Zavaleta Mercado, um intelectual inesquecível. “O momento constitutivo do Chile como Estado e também como Nação foi dado pela Guerra de Arauco; assim como o Nilo é em última instância o momento constitutivo do Egito, a combinação entre a revolução dos preços, a peste negra e a desruralização marcam o surgimento da Inglaterra”.

Este ponto de partida da nação chilena, em que a necessidade de organização se associa à sobrevivência, se expressa posteriormente em um Estado oligárquico precocemente forte, estável e institucionalizado, mas não inclusivo.

As turbulências iniciais da passagem ao Estado mesocrático posterior, que só parcialmente aumentou a inclusão, não chegam a romper essa fortaleza e deram passagem a novas formas institucionais democráticas também fortes e a uma função pública relativamente sólida, capaz de manter a tradição de seriedade e probidade institucional, só interrompida pela terrível crise que deu margem ao interregno ditatorial.

A recuperação da democracia identifica-se com essa história e gera novas virtudes de governabilidade notáveis, que se fortaleceram com os avanços obtidos. Rompeu-se o “peso da noite” do conservadorismo, e o país parece orientar-se rumo a um futuro sólido, sem dramatismos nem fundacionismos entre os que governam e, esperemos, tampouco entre aqueles que constituem a oposição. Rumo a uma democracia “mais incômoda”, diria Manuel Castells. Sim, a uma democracia mais incômoda, mas também rumo a uma sociedade mais igualitária e libertária, em que não prevale-

çam o alto colorido da retórica populista ou os pesadelos ditatoriais, e nos pareçamos um pouquinho mais – sem perder nossa vivacidade e, por certo, nosso clima – aos países nórdicos, onde os governos podem mudar, mas a alta qualidade de vida tende a se manter e a miséria pertencer somente ao passado.